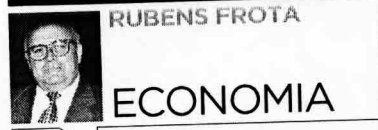


ECONOMIA



RUBENS FROTA

ECONOMIA

Economia do Brasil deve crescer menos em 2022

Relatório chama ainda de atenção para que autoridades que estão à frente da formulação de políticas econômicas 'acordem' para o impacto da pandemia

Em agosto, a taxa de inflação seguiu avançando para todas as faixas de renda, embora em menor proporção, com exceção das famílias de renda média-alta. O estudo Indicador de Inflação por Faixa de Renda, divulgado pelo Ipea, revelou que, enquanto a inflação das famílias de renda baixa e muito baixa apontou alta de 0,91%, a das famílias no estrato superior de renda apresentou variação mais amena (0,78%). O grupo de alimentação foi o que mais contribuiu para a alta inflacionária das famílias dos três segmentos de renda mais baixa em agosto. Já para as três faixas de renda mais alta, o maior impacto veio do grupo de transportes.

As famílias de renda baixa e média-baixa são as que apresentam as maiores taxas de inflação (5,9%) no acumulado do ano. Os dados acumulados em doze meses mostram que, apesar da aceleração inflacionária generalizada, a taxa de inflação das famílias de renda muito baixa (10,63%) mantém-se em patamar acima da observada na faixa de renda alta (8%), pressionada pelas variações de 16,6% dos alimentos no domicílio, de 21,1% da energia elétrica, de 31,7% do gás de botijão e de 5,6% dos medicamentos. Já para as famílias de renda mais alta, além dos reajustes de 41,3% dos combustíveis, de 30,2% das passagens aéreas e de 12,4% dos aparelhos eletroeletrônicos em 12 meses, a recente recuperação dos preços dos serviços de recreação — cuja alta em 12 meses passou de 0,07% em janeiro para 5,3% em agosto — explica grande parte dessa aceleração inflacionária.

MPES

Os efeitos da segunda onda da covid-19 e as medidas de restrições adotadas nos primeiros meses do ano ainda impactam negativamente a percepção do MPES sobre a economia do País, segundo a CNDL e SPC Brasil. Um em dois empresários considera que as condições gerais da economia pioraram ou pioraram muito nos últimos seis meses (51%), salto de 17% sobre igual período de 2019. Outra metade se divide entre os que consideram que as condições melhoraram ou melhoraram muito (21%) ou não se alteraram (28%).

MPES II

Apesar do otimismo com futuro, dois em três empresários não fizeram melhorias no negócio nos últimos seis meses (64%), ante 36% que fizeram. Trata-se de um aumento expressivo sobre 2019, quando 42% não haviam implementado, ante 58% dos MPES que tinham promovido alguma melhoria. Entre as melhorias realizadas, estão reforma da empresa (28%), ampliação do estoque (27%), compra de equipamentos, maquinários e computadores (24%), implantação de vendas ou serviços online (21%) e corte de gastos (21%).

O Relatório de Desenvolvimento e Comércio de 2021 da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad), prevê que o Brasil deverá ter o menor crescimento entre principais economias em 2022, com desaceleração de 4,9% em 2021 para 1,8%, resultados abaixo da média mundial. O documento cita as incertezas políticas e a crise energética como fatores negativos.

A projeção está alinhada ao relatório divulgado em julho, quando o Fundo Monetário Internacional (FMI) também colocava o Brasil com o pior desempenho projetado para 2022 em uma lista de 16 países. Com relação ao crescimento global, o documento estima desaceleração de 5,3% neste ano para 3,6% em 2022, deixando a renda

mundial ainda 3,7% abaixo de onde estaria caso fosse mantida a tendência pré-pandemia. Isso representa uma perda de renda cumulativa esperada de cerca de US\$ 13 trilhões no triênio 2020-2022. Segundo os dados, a produção mundial só encontrará o nível projetado a partir da tendência anterior à pandemia em 2030.

Nesse cenário apresentado, políticas tímidas ou retrocessos podem acentuar de forma ainda mais negativa o crescimento. É nesse contexto que o Brasil está inserido, ou seja, com performance inferior à média mundial. No ano passado foram divulgados dados com projeções de diversas instituições multilaterais e o país já teve queda do Produto Interno Bruto (PIB) em 2020 de 4,1%, supe-

rior à média mundial que foi de -3,5%.

Brasil

Ainda segundo o relatório, em capítulo que aborda especificamente o Brasil, a instituição diz que, apesar do pesado custo humano da pandemia no país, a economia contraiu apenas 4,1% em 2020 em função das políticas fiscal e monetária adotadas. Em 2021, a recuperação de preços das commodities e uma redução gradual do estímulo fiscal deve ajudar o PIB a crescer 4,9%.

Mundo

Para a instituição, os formuladores de políticas econômicas dos países avançados "ainda não acordaram" para o tamanho do choque provocado pela pandemia do novo coronavírus. Situações como

restrições fiscais, falta de autonomia monetária e de acesso a vacinas estão segurando a recuperação desses países e ampliando o abismo entre eles e as economias avançadas. "Sem políticas mais ousadas que reafirmem o multilateralismo revigorado, a recuperação pós-pandemia carecerá de equidade e deixará de enfrentar os desafios do nosso tempo", afirma a secretária-geral da Unctad, Rebeca Grynspan.

As propostas do relatório para recuperação menos desigual entre os países incluem uma mescla de alívio ou cancelamento, em alguns casos, da dívida de países mais pobres; uma reavaliação do papel da política fiscal na economia global; maior coordenação de políticas em economias sistemicamente importantes; e apoio ousado para países em desenvolvimento no acesso a vacinas.

Nesta sexta-feira (17/09), os beneficiários da Bolsa Família começam a receber a 6ª parcela do auxílio emergencial 2021. O pagamento será feito de acordo com final do Número de Identificação Social (NIS). Começa a receber quem tem NIS final 1. Até o dia 30

de setembro o pagamento será encerrado com as pessoas com NIS final.

Para o público em geral que tem direito ao auxílio, com os informes inscritos no CadÚnico, o depósito do benefício na poupança digital da Caixa começa na terça-feira, dia 21, de acordo

com o ordem do mês de nascimento, de modo que a primeira cota será liberada para nascidos em janeiro. O pagamento dessa modalidade termina em 3 de outubro para os nascidos em dezembro.

Os valores estarão disponíveis para saque a partir de 4 de outubro, seguindo a

mesma ordem de liberação. Já a sétima e última parcela desta fase do programa começará a ser creditada em 18 de outubro na poupança digital de beneficiários da Bolsa Família. As demais pessoas começam a receber em 20 de outubro, com saque a partir de 1º de novembro.

Teto de gastos e a pólvora de R\$ 72 bi

Formulada pelo Governo, com previsão de despesas no limite do teto de gastos, a proposta de orçamento de 2022 sofre pressões por mais recursos em razão de demandas da classe política e do avanço da inflação. Considerando esses dois fatores, há um potencial estouro de R\$ 72 bilhões na regra constitucional que impede o crescimento das despesas federais acima da inflação, segundo a FGV. A pressão por recursos está no centro das discussões para flexibilizar o pagamento de R\$ 89,7 bilhões em precatórios em 2022 e, assim, abrir espaço para outras medidas.

Novela

O ministro Paulo Guedes (Economia) disse que fez "um pedido desesperado de socorro", ao Legislativo e ao Judiciário, para solucionar o impasse em torno do orçamento de 2022, com o aumento nas despesas com precatórios - dívidas da União já reconhecidas na Justiça e que não há mais possibilidade de recurso. Guedes busca saída para adiar o pagamento de precatórios e, com isso, conseguir mais espaço no teto de gastos - norma que impede mais despesas acima da inflação.

Contra o tempo

O Governo apresentou, ontem, medidas para tentar ampliar o programa habitacional Casa Verde e Amarela às vésperas do ano eleitoral de 2022. A maior parte das medidas tem previsão para entrar em vigor em novembro e o restante, no ano que vem. Entre as medidas, está uma parceria que permite a estados e municípios bancarem até 20% do valor residencial - o que pode incluir o preço do terreno, visando reduzir o valor e a entrada - mas depende de convênios com os entes.

Projeto propõe bancar 50% do preço do gás



Projeto de lei que cria o programa Gás Social, que pretende subsidiar a compra de botijão de gás para famílias de baixa renda. O projeto, que está em regime de urgência, e conta com o apoio do Governo, prevê o pagamento de metade do valor do botijão a famílias inscritas no CadÚnico para programas sociais do Governo Federal. O número de famílias atendidas, porém, dependerá de quanto o Governo estiver disposto a gastar.

Mais informações de Rubens Frota: e-mail: frotarubens@gmail.com

Grid of small advertisements for various companies and services, including legal firms, construction, and real estate.

Grid of small advertisements for various companies and services, including legal firms, construction, and real estate.

